

Minúcias do local: o momento da pesquisa sobre internet e política no Brasil

*[Local details: the moment of Brazilian research on internet and politics]*

**PFEIFER COELHO, Marja**

Doutora em Comunicação e Informação pela UFRGS  
[PhD in PhD in Communication and Information from  
Rio Grande do Sul Federal University]  
<mariapc@terra.com.br>

**RESENHA DE**

ALDÉ, Alessandra; MARQUES, Francisco P. J. (org.).  
*Internet e poder local*. Salvador: Edufba/Rio de Janeiro:  
Compólitica, 2015.

**BOOK REVIEW**

ALDÉ, Alessandra; MARQUES, Francisco P. J. (org.).  
*Internet e poder local*. Salvador: Edufba/Rio de Janeiro:  
Compólitica, 2015.

## Minúcias do local: o momento da pesquisa sobre internet e política no Brasil

PFEIFER COELHO, Marja

A obra é apresentada ao leitor pelo professor Wilson Gomes, da Universidade Federal da Bahia, como “uma compilação de registros e de corajosas tentativas de reflexão” no âmbito dos estudos sobre internet e democracia, elaborados por autores que são “da melhor lavra de pesquisadores brasileiros da área de e-política”. Com esta chave de leitura, “Internet e Poder Local” promete um panorama atualizado do que há de melhor na pesquisa do tema no país, com a ideia de apresentar uma “cartografia” das experiências políticas nacionais nos (ainda e sempre) “novos ambientes de comunicação digital”.

Já os organizadores da obra, Alessandra Aldé e Francisco Paulo Jamil Marques, ressaltam um objetivo especial: focar a dimensão local, as apropriações e os usos das novas tecnologias neste nível, com suas singularidades. A expectativa dos organizadores é de contribuição para a “discussão aprofundada acerca dos efeitos da internet sobre a política local” (p.10), partindo das teorias e metodologias de análise usadas pelos pesquisadores brasileiros.

A dimensão local é explorada, nos 13 artigos do livro, em dois momentos distintos: na primeira parte, o leitor tem acesso às pesquisas que tratam dos usos e da apropriação das tecnologias digitais em momentos eleitorais. Todos os textos enfocam (ou têm como cenário) as eleições municipais de 2012. Na segunda parte, é o período de exercício de governo, o dia-a-dia da política, que é trabalhado.

De pronto, e guiado pelas apresentações, o leitor pode ser levado a entender que os estudos brasileiros têm, neste momento e neste nível de análise, uma clara preferência pelas contendas eleitorais, presentes na maioria (8) dos artigos da obra. Também vai perceber que a “cartografia” sugerida resulta em um mapa que inclui Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Bahia e Ceará – de onde vêm os pesquisadores e onde estão as instituições envolvidas no livro; as experiências analisadas, salvo um ou outro caso, como um artigo que coleta dados em diversas capitais do país e outro que trabalha com portais nacionais, também estão aí circunscritas.

Este é o “Digital Research Divide” brasileiro, pode pensar o leitor. Considerando que as pesquisas em internet e política no país iniciaram ainda na década de 90, tornando-se uma das áreas temáticas com maior crescimento na produção de dissertações e teses em 2012 (ALDÉ; CHAGAS; SANTOS, 2011), também refletido nos artigos de congressos (NICOLAS; BRAGATTO; SAMPAIO, 2013), a composição é bastante restrita, mas fidedigna ao pioneirismo de certas instituições, como a UFBA.

Um rápido exame permite perceber que em todos os textos, com uma única exceção, há pelo menos uma referência bibliográfica de outro autor da coletânea; ou seja, a produção deste grupo é lida e compartilhada, como seria possível esperar de um conjunto de pesquisadores que se sobressai em uma determinada área.

Ainda em tom geral, o leitor vai notar que a missão de esquadrihar as experiências digitais da política na dimensão local é exercida pelos pesquisadores com muitas quantificações. Há números para tudo; desde simples contagens de *tweets* e *posts* a atribuição de valores para conteúdos mais ou menos satisfatórios; em todos os artigos, com uma única exceção, a mensuração é uma constante. Isto

não significa que se abra mão da análise qualitativa – quando isso acontece, a falta é grande e perceptível –, mas que os pesquisadores estão, neste momento e neste registro, muito preocupados em tratar de uma forma numérica a empiria encontrada.

Há uma farta e sólida fundamentação teórica na obra, acionada em cada texto. Os pesquisadores brasileiros certamente dominam a literatura da área. Por isso mesmo, estão muito cientes dos cuidados necessários ao estudo da política e das novas mídias, tão marcado, no campo teórico, por perspectivas que ora ressaltam as qualidades inequívocas que certamente aprimorarão a democracia, ora se fixam na replicação e mesmo ampliação de diferenças sociais, acabando por desqualificar a vida política (ESTEVEVES, 2011). É comum, para não assumir uma ou outra posição acriticamente, tratar de forma potencial os diferenciais trazidos pela internet, examinando caso a caso onde se cumprem, mesmo que parcialmente, e onde são promessas desapençadas, por motivos vários – sem nenhum determinismo tecnológico, considerando sempre as condições culturais e os atributos dos diferentes sistemas políticos.

Outra característica que dificulta generalizações nas pesquisas da área é a volatilidade tecnológica e a sempre cambiante apropriação pelos usuários. A cada eleição, por exemplo, uma novidade pode ser a vedete no uso das mídias digitais (GOMES, 2008); por isto mesmo, os cuidados com as pesquisas devem incluir a caracterização do contexto, sem necessariamente a criação de modelos preditivos - que não terão validade. Mais profícuo para a área pode ser a compreensão das práticas experienciadas em um dado momento, confirmando ou não certos potenciais das novas tecnologias, abrindo novas possibilidades e potencialidades para análise.

É neste quadro que a obra “Internet e Política” se apresenta. Na primeira parte, que trata das eleições, dois artigos se destacam, por motivos diferentes. O primeiro é justamente o texto que abre a coletânea, “Estratégias de campanha política on-line: Marcelo Freixo nas eleições para a prefeitura do Rio de Janeiro em 2012”, de Alysson Assunção, Alessandra Aldé, João Guilherme Santos e Fernanda Freire. O esforço de pesquisa reuniu abordagens e técnicas diferentes, e embora o foco esteja nos usos do Twitter e do Facebook, o objeto de estudo não perdeu sua contextualização. Assim, mais que as quantidades de postagens aferidas nas mídias sociais, a campanha on-line do candidato é abordada pelo diferencial dos usos das mídias sociais. Não apenas a estratégia é explicitada no tratamento dos dados, como cotejada com inferências de outros estudos (inclusive sobre outros candidatos), da situação do pleito, dos resultados. São as características próprias de um candidato de um partido pequeno, com uma imagem pública vinculada a sua atuação na área de direitos humanos, com exposição midiática reforçada pelo filme *Tropa de Elite II*, com pouco tempo de televisão, que permitem “ousar” no uso das redes sociais, e – por que não? – obter um retorno que pode ser considerado sim, uma forma de sucesso, muito embora o candidato não tenha garantido vaga no segundo turno do pleito.

Muito longe ainda da *expertise* de um *Obama case*, a campanha de Freixo e o estudo realizado certamente serão marcos para a área de pesquisa nacional. Se é (ainda) em termos potenciais que os autores tecem suas considerações finais, com todo o cuidado que os estudiosos de internet e política têm tido a obrigação de ter, a mobilização conquistada por Freixo não apenas traz alento a um contexto de descrença na política, mas de possibilidades mais tangíveis para pequenos partidos frente aos altos custos das campanhas eleitorais – mesmo que seja impossível desconsiderar os

meios tradicionais, há que se pensar nos vínculos simbólicos entre os custos e a corrupção, frente a tantos acontecimentos que o país têm vivenciado.

Outro destaque é o texto de Patrícia Rossini, “Comportamento político em sites de redes sociais: o Facebook como atalho informacional para a decisão do voto nas Eleições 2012 em Juiz de Fora – MG”. A autora aplicou *surveys* entre usuários de grupos de discussão suprapartidários sobre a cidade no Facebook, com a intenção de entender como interagem com informações sobre eleições neste ambiente, como reagem à exposição de opiniões diferentes, e se atuam como “pontes entre as discussões realizadas nos grupos e a sua rede social. Trata-se do único estudo que parte do cidadão, para além de postagens publicadas. Entre os resultados aferidos, uma interessante percepção de intolerância, pelos usuários, nos espaços de discussão local – e o leitor prontamente vai se lembrar do último pleito presidencial. Em 2012, nos grupos estudados por Rossini, este fator não chegava a produzir “efeitos negativos para as relações virtuais no que se refere ao bloqueio ou ao encerramento das conexões” (p.261). Além disso, a autora consegue captar a ocorrência de exposição inadvertida a conteúdos políticos, entre outras afetações do acesso à informação política por meio das redes sociais, concluindo, cautelosamente, que “o uso cotidiano dessas ferramentas cognitivas deverá influenciar processos de tomada de decisão eleitoral” (p. 261).

Se esses dois artigos se destacam, por um lado, pela abordagem completa de um caso diferenciado de campanha on-line, e por outro, pela visada invertida, priorizando o eleitor, também há um elo bastante perceptível: ambos integram (e mais importante, não perdem estes vínculos) esforços de pesquisas de maior fôlego, o primeiro no âmbito do grupo de pesquisa Tecnologias da

Comunicação e Política do PPGCom/Uerj, incluindo uma dissertação de mestrado ali produzida; o segundo, a própria dissertação de mestrado da autora. Em um conjunto representativo de pesquisadores, certamente isso faz diferença. Aliás, embora o grupo de autores da obra demonstre reconhecimento em sua autorreferencialidade, é visível que esforços combinados de pesquisa não foram registrados, e seriam muito interessantes para o campo.

Destacar esses dois textos não implica afirmar que os demais não sejam relevantes; todos, sem exceção, dão sua contribuição ao registro das eleições 2012 na internet. Alguns qualificam e esmiúçam a forma de usar esta ou aquela rede pelos candidatos, caso dos artigos de Camilo Aggio e Lucas Reis e de Natascha Bachini, Claudio Penteado, Silvana Martinho e Clarice Avanzi.

Na contribuição de Francisco Paulo Jamil Marques e Camila Pessoa, fica caracterizado que, em 2012, o Twitter teve uma importância secundária para os candidatos à reeleição na Câmara Municipal de Fortaleza. Não há correspondência para cinco dos dez mais votados no pleito e listagens dos dez candidatos com maior média semanal de *tweets*, de novos seguidores e novos usuários seguidos.

Como este, outros artigos ainda testam as hipóteses primevas de contribuição inequívoca à democracia e ao pleito, inclusive estatisticamente, caso dos textos de Sérgio Braga e André Becher e de Emerson Cervi e Michele Massuchin.

Naquele, a verificação é relacionar uso das mídias com sucesso eleitoral nas campanhas de vereadores em capitais das regiões Sul, Sudeste e Nordeste. Usando indicadores descritivos e realizando testes de correlação simples, os autores avaliam duas hipóteses para candidatos que já possuíam mandato: maior inclusão digital implicaria em maiores chances eleitorais? E maiores investimentos

em mídias sociais, corresponderiam a mais votos e melhor colocação nos resultados finais? Com base em expressiva pesquisa na literatura internacional, os autores tinham uma expectativa inicial positiva para a primeira hipótese, que não se confirmou, e negativa para a segunda – resultado que termina por ser aferido. O interessante é que, mesmo com correlações positivas baixas para os testes realizados, as conclusões mantêm o potencial positivo das mídias sociais – seus usos não podem ser considerados preditores, mas quem há de negar a importância de se manter visível e de se comunicar nesta ambiência nos dias de hoje?

Já o artigo de Cervi e Massuchin avalia como o internauta “contribui e promove o debate público por meio do espaço de comentários” (p.179) nas notícias das seções de “mais lidas do dia” de cinco grandes portais durante o primeiro turno das eleições de 2012. Aqui, o pleito entra como um demarcador temporal, “com maior apelo à participação no debate” (p. 180) – pressuposto que também seria uma hipótese interessante a ser testada para estes espaços digitais, mas as notícias avaliadas vão além da cobertura eleitoral, com a distinção entre *hard news* e *soft news*, e o interesse está nas notícias locais – e não fica claro como esta dimensão é definida pelos autores, já que não basta ser a informação de um fato sobre uma cidade ou de um bairro, já que o comentário pode vir de outro lugar muito distante, e então não seria, como aventado, a proximidade com o fato que estimula o leitor a comentar.

O exame estatístico acaba por fazer brotar diferenças que poderiam ser previamente avaliadas: vale caracterizar da mesma forma portais tão distintos como G1, Folha, Globo, Terra e Uol? Certamente uma análise qualitativa ofereceria contribuição relevante neste caso. Além disso, os comentários são considerados numericamente, como se todos fossem uma expressão de debate público, ou, no mínimo,

uma predisposição a este. Uma entrada qualitativa nos textos talvez pudesse demonstrar outras motivações, ou mesmo descaracterizar uma postura pró-debate.

Para além das contribuições que enfoques qualitativos ainda podem dar a estudos essencialmente quantitativos, resta pensar que a lente focada no local também não pode prescindir de elementos da nossa cultura política para uma análise mais profunda dos usos das novas mídias. No entanto, em alguns textos, esta dimensão só é acionada após resultados de cálculos elaborados, como uma perspectiva que pode explicar, que pode contribuir, sem ser desenvolvida.

As eleições de 2012 ainda servem como mote para Érica Silva observar a circulação do tema corrupção na Internet neste período, partindo de hashtags encontradas em perfis selecionados de contas no *Facebook*, *Twitter*, blogs e sites de informação. O destaque encontrado no período se deve às menções ao Mensalão. Este artigo claramente mostra o início de um esforço de pesquisa maior, que certamente será capaz de apresentar dados mais interessantes e aprofundados.

Na segunda parte do livro, fora do cenário eleitoral, o destaque inequívoco é o texto de Ricardo Fabrino Mendonça, Fernando de Freitas e Wesley de Oliveira, “Reciprocidade discursiva, enquadramento e deliberação: a consulta pública sobre reforma política da ALMG”. Aqui os autores trabalham conceitualmente uma operacionalização da concepção de reciprocidade, tão cara aos estudos sobre deliberação, tendo como empiria fóruns de discussão criados para a referida consulta pública promovida pelo Legislativo mineiro.

Ao distinguir entre reciprocidade direta, investigada por quatro indicadores quantitativos, e a reciprocidade discursiva, captada em

um esforço de reconstrução, partindo da noção de enquadramento, dos argumentos acionados pelos participantes, os autores elaboram uma metodologia capaz de dar conta de aspectos normalmente negligenciados por abordagens tradicionais. A aplicação nos dados empíricos desta proposta revela, para além de qualquer inferência sobre deliberação, neste caso, toda uma teia discursiva extremamente rica e tecida informalmente pelos participantes dos grupos, sem correspondência nas interações diretas e seus registros explícitos normalmente usados como indicadores. É uma significativa contribuição para o campo repensar o papel qualitativo em suas análises.

A deliberação também não é o foco do artigo de Rafael Sampaio e Samuel Barros, que se valem dos fóruns do Orçamento Participativo Digital de Belo Horizonte para demonstrar que os anseios dos cidadãos, manifestos em um ambiente que não é de decisão, devem ser considerados, inclusive como forma de avaliação das políticas públicas.

Esta parte do livro também é o lugar de estudos que palmilham sites de governos e de agentes políticos. Danilo Rotheberg e Fabíola Liberato buscam a aferição da qualidade informativa (indexada por tamanho de caracteres – quanto valeria um bom nariz de cera, pensa o leitor, mesmo que o texto avaliado não seja jornalístico?) em portais das regiões administrativas de São Paulo, enquanto Leonardo da Roca e Maria Nicolás se debruçam sobre os esforços digitais das juventudes partidárias paranaenses – e os dados apontam para uma subutilização dos potenciais interativos e mobilizadores por parte destes “jovens” (uma prevalência do caráter partidário?).

O livro encerra com a contribuição teórica de Arthur Ituassu e Dilan Azevedo, voltando às questões primevas das novas tecnologias e suas

potenciais contribuições à qualificação da democracia, no caso específico à representação política.

Ao fim da leitura, o leitor estará satisfeito. Certamente a melhor lavra de pesquisadores brasileiros está registrando com muita propriedade os usos das novas mídias em momentos eleitorais e fora destes. Numa perspectiva longitudinal, seremos sem dúvida capazes de acompanhar as diferenças entre pleitos, ou na consideração possível das conversações ensejadas nas plataformas de participação digital, para além de deliberações nestas ambiências. Não há dúvidas de que teremos comprovação estatística de correlações fortes entre o uso de quaisquer novidades digitais e o sucesso eleitoral – se e quando isto se realizar. Qualquer *Obama case* nacional que venha a se realizar será escrutinado à exaustão. Sim, terá valido a pena contar tantos *tweets* e *posts*. E ainda assim, sempre teremos muito a compreender.

## Referências

ALDÉ, Alessandra; CHAGAS, Viktor; SANTOS, João Guilherme Bastos dos. Teses e dissertações defendidas no Brasil (1992-2012): um mapa da pesquisa em comunicação e política. In: *Revista Compolítica*, n. 3, vol. 2, ed. julho-dezembro, ano 2013. Rio de Janeiro: Compolítica, 2013.

ESTEVES, João Pissarra. Novos Media e Deliberação – sobre redes, tecnologia, informação e comunicação. *Revista Media & Jornalismo*, vol. 18- n.º 10, 2011.

GOMES, Wilson et al. " Politics 2.0": a campanha on-line de Barack Obama em 2008. *Revista de Sociologia e Política*, v. 17, n. 34, p. 29-43, 2009.

NICOLAS, M. A.; BRAGATTO, R. C.; SAMPAIO, R. C. . Internet and Politics studies in Brazil: mapping the characteristics and disparities of the research field. *Brazilian Political Science Review*, v. 7, p. 114-140, 2013.



**COMPOLÍTICA**  
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA  
DE PESQUISADORES EM  
COMUNICAÇÃO E POLÍTICA

*Diretoria da Associação | Director Board*

**Presidente | President**

Fernando Lattman-Weltman (UERJ)

**Vice-Presidente | Vice-President**

Arthur Ituassu (PUC-Rio)

**Secretária Executiva | Executive Secretary**

Kelly Prudêncio (UFPR)

*Corpo Editorial | Editorial Board*

**Editoras-Chefes: | Chief-Editors**

Alessandra Aldé (UERJ) & Maria Helena Weber (UFRGS)

**Editores Executivos | Executive Editors**

Fernanda Sanglard (UERJ), Rafael Cardoso Sampaio (UFMG) & Viktor Chagas (UFF)

**Revisoras | Proofreaders**

Fernanda Sanglard (UERJ) & Isabele Mitozo (UFPR)

<<http://compolitica.org/revista>>

A Revista Compolítica é uma revista eletrônica da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política

*[Revista Compolítica is an electronic journal published by the Brazilian Association of Political Communication Scholars]*

Ao citar este artigo, utilize a seguinte referência bibliográfica

*[To cite this article, please use the following reference]*

PFEIFER COELHO, Marja. *Minúcias do local: o momento da pesquisa sobre internet e política no Brasil*. In: **Revista Compolítica** 5 (1), 2015.

